

BARBALHO, Alexandre. “Antônio Conselheiro não seguiu o conselho: algumas divagações sobre como o autoritarismo brasileiro se revela nos sertões”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 38, pp. 226-236, Agosto de 2014. ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

Antônio Conselheiro não seguiu o conselho¹ Algumas divagações sobre como o autoritarismo brasileiro se revela nos sertões

Alexandre Barbalho

Recebido: 10.6.2014
Aprovado: 22.07.2014

Resumo: O presente ensaio discute o traço autoritário da sociedade brasileira a partir de uma obra fundamental de nossa cultura concebida antes do estabelecimento no Brasil de um campo universitário e, portanto, também escrita com forte influência do gênero ensaístico: *Os Sertões* de Euclides da Cunha. A discussão se apóia na noção de lapso, entendido aqui especificamente como falha, equívoco ou carência, significando o esvaziamento recorrente que se dá entre os projetos nacionais anunciados e a sua realização, frustrando as esperanças neles investidas. A partir desta noção, interessa perceber as manifestações de autoritarismo nestas duas obras que participaram da elaboração da comunidade imaginada em torno da Nação, bem como da imagem que se construiu sobre o Brasil uma vez que se tornaram duas das obras brasileiras mais traduzidas e lidas no exterior. Por sua vez, o autoritarismo é compreendido como expressão não apenas das elites, mas parte estruturante do caráter nacional, de modo que se encontra também nas expressões simbólicas das camadas populares, mesmo que assumindo sentidos e materialidades diferentes entre as classes sociais. A opção estilística, e ao mesmo tempo teórica e metodológica, deste ensaio é pela paidéia entendida como protocolo de exposição atento às forças da cultura. **Palavras-chave:** autoritarismo, caráter nacional, lapso, paidéia

226

para Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

¹Este título é tomado emprestado da obra homônima do artista David Cury exposta na 29^o. Bienal de São Paulo.

Preliminares

Em seu curso “Como viver juntos: Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos” que ofertou no período letivo de 1976-77 no *Collège de France*, Roland Barthes estabeleceu alguns elementos norteadores de suas exposições, dos quais gostaria de destacar dois para uso próprio.

O primeiro encontra-se nas suas notas para a aula inaugural em 12 de janeiro de 1977. Trata-se da oposição feita por Gilles Deleuze, a partir de Nietzsche, entre método e cultura. Na relação destes termos, o primeiro refere-se ao delineamento do caminho a ser seguido visando determinado fim, ao estabelecimento de meios e metas; ou, citando Barthes (2003, p. 06), ao “protocolo de operações para obter um resultado”.

Já o segundo termo, cultura, a partir de uma perspectiva nietzschiana, deve ser entendido como “violência sofrida pelo pensamento”, como vontade da potência, como escuta das forças e das diferenças, como *paidéia*. E o partido de Barthes é por esta, por seu exercício. Tanto que na última aula do curso, em 04 de maio do mesmo ano, avaliando o trajeto daqueles dias, reafirma: “Evidentemente, não nos colocamos aqui do lado do método, mas do lado da *paidéia*, ou para dizer de modo mais prudente (e provisório) do lado do não método” (Barthes, 2003, p. 261).

Que significou para o curso a opção de Barthes, e que significa, para o que pretendo desenvolver aqui, optar pelo mesmo procedimento?

Bem, em vez do caminho reto, do resultado desejado, do fetiche em torno do objetivo, do lugar único, a opção pela *paidéia* proporciona possibilidades de lugares, de vagueio, explorações dos caminhos que a todo o momento se bifurcam, como no conto de Borges. Portanto, aqui, como no curso de Barthes, não temos uma hipótese a

ser transformada em tese, antes um tatear entre diversas texturas; “um protocolo de exposição (da colheita)” (Barthes, 2003, p. 262).

E do que trata meu protocolo de exposição e colheita? Trata-se de pensar o “caráter nacional” brasileiro, mais especificamente um de seus componentes, o autoritarismo. Nesse sentido, sigo a opção de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, por sua vez apoiado em ampla literatura, que inclui desde José Bonifácio de Andrada e Silva, passando por Capistrano de Abreu, até Dante Moreira Leite, pelo termo “caráter nacional”, em detrimento de outros como identidade nacional², espírito ou alma brasileira etc, com a ressalva de que aquele “não possui uma significação precisa e delimitada no plano teórico, mas parece ser de longe o mais adequado do ponto de vista etnológico e descritivo, como *perfil dominante* de um povo e de uma nação” (Menezes, s/d, *italico meu*) – ressalto “perfil dominante” para ressalvar que não se trata de característica universal, presente em todos os brasileiros, mas de traço generalizado.

Aqui faço uso do segundo elemento utilizado por Barthes: a idéia de abrir “dossiês” ao longo do curso, que, longe de serem exaustivos ou exauridos pelo professor, funcionavam mais como traços instigantes a serem desenvolvidos, alongados pelos alunos. Assim funciona esse texto, como um dossiê que se abre e não se fecha porque, longe de esgotar o tema, esboça um retrato com poucas linhas a ser preenchido por outros autores e textos.

Uma sociedade autoritária?

Convidada a falar no simpósio “Cultura do povo”, em 1977, sobre o tema “cultura do povo e autoritarismo

²Para uma crítica do uso do conceito de “identidade” nas Ciências Humanas ver Menezes (2008).

das elites”, Marilena Chauí (1989) incomodou muito determinado pensamento acomodado e populista que via na chamada “cultura popular” uma cultura de resistência aos valores das classes dominantes, tal como estava expresso, por exemplo, na definição de “cultura popular revolucionária”, presente no Manifesto dos Centros Populares de Cultura, os CPC’s da UNE.

Chauí, ao contrário, apontava nas expressões simbólicas das camadas dominadas elementos autoritários, atentando para os diferentes sentidos que tais elementos assumem entre os dominados e os dominantes. Levando em consideração tal ressalva, constata-se, com facilidade, a extensa bibliografia que traz, já em seu título, o tema do autoritarismo brasileiro e que faz esse debate a partir das várias disciplinas científicas (sociologia, ciência política, história, antropologia, comunicação, psicologia) e seus aportes teórico-metodológicos³.

No entanto, interessa percorrer um caminho mais sutil, mais afeito à opção pela paidéia, elegendo para o diálogo uma obra fundamental concebidas antes do estabelecimento entre nós de um campo universitário, portanto, escritas com forte influência do gênero ensaístico.

Trata-se de *Os sertões* de Euclides da Cunha e a sua releitura será animada pela perspectiva de sublinhar ali elementos dos traços autoritários da sociedade brasileira, para além daquele mais óbvio cometido pelo Estado e pelas classes dominantes, e que se revelam durante o massacre dos seguidores de Antônio Conselheiro em Canudos pelo exército republicano.

Releitura no sentido de que, primeiro, *Os sertões* é um dos livros mais lidos dentre os clássicos da litera-

³Ver, por exemplo, Amaral (1981); Chauí (2000); Conceição Tavares (1999); Santos (1978); Schwartzman (1988); Sodré (1984); Tavares (1982).

tura brasileira – com mais de 50 edições - e, segundo, porque existe uma imensa bibliografia sobre essa obra. De modo que os fatos e as interpretações sobre *Os sertões* há muito estão diluídos em nosso imaginário, ou melhor, em nossa comunidade imaginada chamada Brasil⁴.

A escolha de *Os sertões* baseia-se nas considerações feitas por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes em breve texto escrito no calor da hora em torno das discussões motivadas pelo centenário do referido massacre. O título do artigo é emblemático: *Atualidade de Canudos*. Por que o movimento liderado por Conselheiro era atual dez anos atrás e, afirmaria, assim continua hoje, em pleno século XXI? Vejamos.

Primeiro, pela “enormidade do crime”, pela dimensão e forma como se deu o massacre perpetrado pelas forças oficiais contra seu próprio povo. Um crime que ganhou força simbólica de fundação de uma República que nasceu de cima para baixo, à moda prussiana. Portanto, pela função de “rito sacrificial” do crime. Desde então, defende Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (1997), os acontecimentos de Canudos se constituíram em “monumento especular” que “reflete o confronto de nossas elites com esse *outro* incompreensível e enigmático que é o povo sertanejo”. Acontecimentos que junto a outros, como o massacre dos povos indígenas desde a colonização até o dias correntes⁵, a todo o tempo incomodam a auto-percepção dos brasileiros e de alguns de seus intérpretes como um povo

⁴Ver, a respeito da noção de comunidade imaginada e o papel que aí desempenha a literatura, a obra de Benedict Anderson (2006).

⁵A esse respeito vale lembrar que a “lenda” fundadora da nação brasileira, *Iracema*, de José de Alencar, trata da relação amorosa de uma indígena com um português, de cujo relacionamento nasce Moacir, o primeiro cearense (ou brasileiro). Para uma análise da força político-cultural do romance de Alencar ver Barbalho (2008).

pacífico cuja história é incruenta (Rodrigues, 1985).

Outro elemento que dá força a Canudos e à obra de Euclides da Cunha é sua extraordinária “visibilidade histórica”, inclusive fora das fronteiras nacionais, como o comprovam, por exemplo, ter se transformado em matéria-prima do romance de Mário Vargas Llosa, *Guerra do fim do mundo*, bem como a ampla recepção de *Os sertões* fora do Brasil, traduzido em cerca de 10 línguas e publicado em vários países, como na Alemanha, onde foi lançado em 1994 em tradução premiada de Berthold Zilly.

Pode-se compreender tal visibilidade observando a força da “transfiguração estética e literária” de Canudos na obra de Euclides da Cunha. Como afirmou Menezes (1997), por “sua tessitura contraditória, porém intensamente ancorada num forte eixo estilístico inspirado na Bíblia, na Épica Grega e na subsequente”.

Daí a dificuldade de se classificar *Os Sertões* dentro dos gêneros estilísticos. Para Bezerra de Menezes, praticamente todos eles estão presentes na obra:

Na sua estrutura argumentativa e na camada superficial de seu estilo cognitivo, tem o formato de tese doutoral (...) No seu modo de existência mais profundo, vale dizer, na sua forma expressiva, constitui decididamente uma das melhores criações literárias de nossa cultura. Foi o paciente trabalho de elaboração estética das imagens e o cultivo artesanal da linguagem expressiva que fizeram desse livro uma obra-prima (MENEZES, 1995, s/p).

Lembro, ainda, que Euclides viajou para o palco da guerra como jornalista de *O Estado de São Paulo* e o que deveria ser uma cobertura de imprensa tornou-se um “épico” fundacional do Brasil

Mas também, ou sobretudo, devido à força, eu diria “existencial”, de Antonio Conselheiro e da “realização de

sua utopia sertaneja e cristã” que retiraram “do anonimato dos almanaques militares para o território da História”, tanto os militares envolvidos no conflito, quanto o próprio escritor.

Por fim, o massacre de Canudos é emblemático daquilo que Menezes (1997) aponta como sintoma dos lapsos da história nacional. Entendido aqui como falha, equívoco, carência, lapso significa o esvaziamento recorrente que se dá “entre os projetos ou pactos nacionais anunciados e a sua realização depois de decorrido certo período, frustrando assim as esperanças neles investidas”.

Em outro texto, Bezerra de Menezes (1996) define lapso, no caso brasileiro, como “o período recorrente que medeia a proposição ou o lance de um projeto coletivo ou pacto social e sua ulterior não-realização efetiva”. E continua:

Nossa história tem sido uma imposição de modelos importados e a excitação das esperanças que se veem frustradas por sucessivos adiamentos. Em suma, como história, o Brasil constitui um lapso permanente. Recai-se aí no eterno retorno? (...) *E quando rememoro o criminoso massacre da pobre gente de Canudos, que concretizou coletivamente o sonho de Antônio Vicente Mendes Maciel da construção de uma sociedade mais fraterna, e penso que tal crime se realizou há um século em nome da falaciosa promessa de ordem e progresso; quando vejo a recorrência com que tais atos se repetem durante todo esse tempo e até se intensifica* (...) concluo que não temos estofo ético para justificar o nosso espanto diante do hediondo teatro da morte e da impunidade, cujos desempenhos se passam alhures: na Bósnia, em Tel-Aviv, no Líbano, em Nova Iorque, na Argélia, pouco importa. O nosso cenário brasileiro não é dessemelhante. Giramos sem cessar, no mesmo sentido, a roda do nosso lapso histórico, que não é outra coisa senão o nosso próprio Auschwitz (MENEZES, 1996, s/p – itálicos meus).

Nossas instituições políticas, mas não somente elas, acrescentaria, se caracterizam como “simulacros”, o que

representa, tal característica, “um óbice mais ou menos constante à transformação do país numa nação organicamente configurada”, resultando em uma situação monstruosa, grotesca e esquizofrênica “de um corpo social disforme, cuja cabeça envergonha-se, ou mesmo repudia, suas próprias entranhas”. Tais lapsos retardam a realização mais efetiva da justiça e da cidadania na sociedade brasileira.

Aqui aventaria a intuição de que, em grande parte, tais lapsos e simulacros decorreriam do forte traço autoritário que permeia nossa sociedade, ao barrar a efetivação dos pactos nacionais, posto que, na hora de sua concretização, terminam por serem apropriados autoritariamente por aqueles que, tanto na esfera micro, quanto macro, detêm mais forças nas relações de poder.

O autoritarismo grassa em *Os sertões*? Ou o Brasil é um grande sertão?

Não é o caso de fazer uma análise discursiva de *Os sertões*, nem de proceder à exposição exaustiva de seu conteúdo. O que proponho é tão somente destacar algumas de suas passagens, entre tantas outras possíveis, onde se revelam traços autoritários do caráter brasileiro. Concentrarei meus extratos textuais à terceira parte da obra, “A luta”, por expor a guerra e o massacre de Canudos, fatos por si reveladores do autoritarismo de nossa República.

Logo no início desta parte, Euclides da Cunha aponta que as “insurreições” como a de Canudos, que o Governo da Bahia se empenhava em “pacificar”, eram um “mal antigo”, já que entre as classes dominadas, “o jagunço, saqueador de cidades, sucedeu ao garimpeiro, saqueador da terra, e entre os extratos dominantes, o mandão político substituiu o capangueiro decaído” (Cunha, 2002, p. 338). Portanto, as gentes do sertão estariam sob jugo ou dos jagunços ou dos potentados locais, ou de ambos.

Tal percepção de Euclides não diferia da de seus conterrâneos, profundamente marcados pela teoria racista vigente na época. Nina Rodrigues, ao analisar o que denominou de “loucura epidêmica de Canudos”, estava convencido de que os sertanejos não poderiam viver de outra forma a não ser submetidos a estas forças atrasadas. Ou de serem monarquistas, como foram acusados os conselheiristas:

Para acreditar que pudesse ser outro o sentimento político do sertanejo, era preciso negar a evolução política e admitir que os povos mais atrasados e incultos podem, sem maior preparo. Compreender, aceitar e praticar as formas de governo mais liberais e complicadas. A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estágio inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarna – pela lei (...). Esta situação que o jagunço não chega mesmo a compreender mas de que acaba sempre sendo o responsável legal, oferece-lhes todavia o melhor ensejo para satisfação dos seus instintos guerreiros. Foi sempre nessas lutas, políticas e pessoais, que se revelaram todas as qualidades atávicas do mestiço (...). Essas qualidades que tão grande realce dão hoje às guerras que se pelejam em Canudos, não são, pois, peculiares às tropas de Antônio Conselheiro; são característicos do jagunço (Rodrigues, 2006, p. 50-51).

230

Não é de se estranhar, portanto, que os sertanejos fossem considerados pelos ilustrados habitantes das grandes cidades, em especial da capital do país, como “vidas nuas”, no sentido que Giorgio Agamben (2002) atribui a esse termo, de vida sem qualidade, de vida matável, descartável por parte dos poderes soberanos. Vale lembrar que a concepção mais ampla de cidadão era bem recente no Brasil. Se já estava incorporada à Constituição Republicana, não seria indevido supor que a concepção restrita e hierárquica de cidadão como “homem bom” detentor de privilégios e isenções, apto aos cargos públicos,

ainda vigorasse na cultura política dominante⁶.

Comprova-o o banquete que os integrantes da primeira expedição regular contra Canudos fizeram em Monte Santo, um pouco antes de partirem para o que se considerava um ataque vitorioso contra os conselheiristas e que acabou se tornando o primeiro da série de fiascos do exército brasileiro no confronto com os sertanejos. Na narrativa de Euclides, para os soldados, que braçavam “as palavras mágicas – Pátria, Glória e Liberdade” – entre uma e outra garfada,

Os rebeldes seriam destruídos a ferro e fogo (...) Era preciso um grande exemplo e uma lição. Os *rudes impenitentes*, os *criminosos retardatários*, que tinham a gravíssima culpa de um apego às mais antigas tradições, *requeriam corretivo enérgico*. Era preciso que *saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas*. O exemplo seria dado. Era convicção geral. Dizia-o a despreocupação e todo o arrebatamento feliz de uma população inteira; e a alegria ruidosa e vibrante dos oficiais e das praças; e toda aquela festa – ali – na véspera dos combates. A dois passos do sertão referto de emboscadas... (Cunha, 2002, p. 362 – itálicos meus).

Como se observa, a defesa do extermínio não era um sentimento apenas dos soldados, funcionários do Estado, portanto pretensos defensores de um governo autoritário. Quando do desastre das três primeiras expedições, a opinião pública nacional, encontrando ali um grande movimento organizado em prol da restauração monarquista no país, pragueja contra os sertanejos e recomenda medidas autoritárias para manter... a autoridade.

E os políticos estavam atentos a esse novo elemento da vida moderna, que era a opinião pública. Não sem ra-

⁶Sobre uma genealogia do conceito de “cidadão” no Brasil colonial e imperial ver Santos e Ferreira (2009).

zão, era objeto de investigação por parte de pensadores da época que se situavam nas fronteiras entre a sociologia e a psicologia, como Gabriel Tarde. Em seu texto “O público e a multidão”, publicado originalmente em 1898, Tarde revela que na idade moderna, com a criação da imprensa, surge um tipo de público que não para de crescer e que tem uma extensão indefinida. Nesse sentido, por público se entende “uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental” (Tarde, 1992, p. 29).

Como um dos traços mais marcantes de sua época, é necessário fazer a psicologia do público, defende Tarde. E ela se define por este fenômeno das “sociedades civilizadas” que são as “correntes de opinião”, essas espécies de “rios sociais” que unem os indivíduos antes mesmo deles se concretizarem como multidões em praça pública:

Coisa estranha, os homens que assim se empolgam, que se sugestionam mutuamente, ou melhor, que transmitem uns aos outros a sugestão vinda de cima, esses homens não se tocam, não se vêem nem se ouvem: estão sentados, cada um em sua casa, lendo o mesmo jornal e dispersos num vasto território. Qual é, pois, o vínculo que existe entre eles? Esse vínculo é, juntamente com a simultaneidade de sua convicção ou de sua paixão, a consciência que cada um deles possui de que essa ideia ou essa vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por estes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante (Tarde, 1992, p. 30-31).

No sentido que Tarde dá à “opinião pública”, ou seja, de uma “sugestão à distância”, esta requer, para ocorrer, uma vivência prévia de “sugestão por proximidade”, só possível para aqueles que possuem vida urbana e social intensa. Ora, vivíamos em fins do século

XIX um surto de urbanização no Brasil. E as cidades do país estavam bem servidas de jornais e revistas de notícias que saíam com regularidade, afora os pasquins, os jornais de classe, as publicações efêmeras etc.

Como situa Walnice Galvão (1994), que coligiu todas as matérias que saíram sobre Canudos em 1897, havia no Rio de Janeiro, então a capital da República com quase setecentos mil habitantes, sete jornais diários, regulares e permanentes. Em São Paulo, uma cidade ainda menor e mais provinciana, havia três importantes jornais. E em Salvador, à época com uma população próxima à da capital paulista, eram cinco os diários que se destacavam na imprensa soteropolitana.

Ao se deparar com o material que reuniu, Galvão (1994) conclui que a leitura hoje do jornal daquele final de século no Brasil, com seu papel insuperável de transmitir informações, provocaria a sensação de que tudo se passava por suas páginas. Não só se passava como se criava: incidentes, intrigas e conspirações. E não foi diferente com a guerra de Canudos que foi representada de várias formas. Uma delas tem o tom da galhofa, de sátira em relação à guerra, em um momento delicado de consolidação da nacionalidade.

Outro tipo de representação importante é a sensacionalista, com forte teor folhetinesco, com o leitor sendo informado dos fatos como se fazendo parte de uma grande conspiração contra a república e que estaria levando o país ao caos. Daí a histeria coletiva, o pânico generalizado dos cidadãos civilizados com as recorrentes derrotas do exército nacional e o alívio com o extermínio dos sertanejos rebelados:

E assim, com essa mobilização geral da opinião feita pelos jornais, acompanhando as operações bélicas, a Guerra de Canudos foi afinal ganha, o arraial arrasado a dinamite e querosene juntamente com quem não quis se render, os prisioneiros todos degolados, restando apenas

algumas poucas centenas de mulheres e crianças que foram dadas de presente ou vendidas. A República estava salva. (Galvão, 1994, p. 75).

O terceiro tipo identificado por Galvão (1994) é o da representação ponderada, mas logo adverte: trata-se de uma representação minoritária. Uma cobertura equilibrada do conflito não interessava às elites nacionais, em especial aquelas que eram proprietárias dos grandes jornais. Além da opção política a favor do governo, havia também o interesse comercial e a ponderação, ao contrário do sensacionalismo, não vendia jornais. Muitas vezes para acessar uma cobertura neutra era preciso recorrer à imprensa internacional, como o *The Times*.

Portanto, Euclides não poderia deixar de estar atento aos jornais de sua época na sua escrita de *Os sertões* quando ele próprio partiu para o sertão baiano como jornalista encarregado de cobrir a guerra. Portanto, ele cita, ao longo do livro, algumas matérias como forma de revelar a opinião pública do momento. Na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, doutrinava-se:

O que de um golpe abalava o *prestígio da autoridade constituída* e abatia a *representação do brio de nossa pátria no seu renome, na sua tradição e na sua força* era o movimento armado que, à sombra do fanatismo religioso, marchava acelerado contra as próprias instituições, não sendo lícito a ninguém iludir-se mais sobre o pleito em que audazmente entravam os saudosos do império francamente em armas (Cunha, 2002, p. 424 – itálicos meus).

O País, por sua vez, explicava que a tragédia se deu por conta da “*tolerância do poder público*, e graças até aos seus involuntários alentos” (Cunha, 2002, p. 424 – itálicos meus). A solução? *O Estado de São Paulo* não hesita: “*O mal é grande; que o remédio corra parelha com o mal*. A monarquia armasse? Que o presidente chame às armas os republicanos” (Cunha, 2002, p. 424 – itálicos meus).

A multidão, para usar um termo recorrente na época, aderiu à imprensa. Na capital da República, o povo se reuniu em *meeting* para aplaudir as ações do governo e de “todos os atos de energia cívica que praticar pela desafronta do exército e da Pátria” e “*aguarda ansioso, a sufocação da revolta*” (Cunha, 2002, p. 425 – itálicos meus), segundo consta na moção escrita em nome do povo por alguns “cidadãos ativos”.

Destes encontros resultou a invasão de jornais monarquistas como *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*. A intervenção das massas foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*. Por conta de seu impacto e por representar a mentalidade reinante, vale à pena transcrever o que Euclides da Cunha copiou para seu livro:

Já era tarde e a excitação do povo aumentava na proporção de sua massa crescente; assim nesta indignação lembraram-se dos jornais monarquistas, e todos por um, em um ímpeto de desafo, foram às redações e tipografia dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, e apesar de ter a policia corrido para evitar qualquer assalto a esses jornais, não chegou a tempo de evitá-lo, pois a multidão aos gritos de viva a República e à memória de Floriano Peixoto invadiu aqueles estabelecimentos e destruiu-os por completo, queimando tudo. Então começaram a quebrar e inutilizar tudo quanto encontraram, atirando depois os objetos, livros, papéis, quadros, móveis, utensílios, tabuletas, divisões, etc. Para a rua de onde foram conduzidos para o Largo de São Francisco de Paula, onde formaram uma grande fogueira, ficando outros em montes de destroços na mesma rua do Ouvidor (Cunha, 2002, p. 425).

Em estreita relação com o debate sobre a opinião pública, a questão da multidão ou das massas também era tema relevante para o pensamento de fins do século XIX e início do século XX.

Para Gustave Le Bon, que escreveu *Psicologia das multidões* em 1895, vivia-se naquele fim de século um perí-

odo de transformação profunda onde as ideias do passado (as crenças religiosas, políticas e sociais que marcaram a civilização ocidental) ainda não tinham sido superadas pelas concepções oriundas da modernidade científica e industrial. Portanto, os tempos eram de transição e de anarquia. Contexto ideal para a ascensão de um novo tipo de poder, aquele que seria o “último poder soberano da idade moderna”, segundo Le Bon: o poder das multidões.

Este poder das multidões formadas pelas classes populares, diga-se de passagem, não resultou do sufrágio universal, mas “a partir da propagação de certas ideias que, gradualmente, se apossaram dos espíritos” (Le Bon, 1980, p. 12) e da crescente associação entre os indivíduos para colocar em práticas tais concepções. Apesar da reivindicação das multidões ser o comunismo, elas não atuam por meio de uma práxis, no sentido de ação conduzida pela reflexão, como gostaria o pensamento marxista, pois na avaliação de Le Bon elas são muito pouco dadas ao raciocínio.

Isto porque estão submetidas à “lei psicológica da unidade mental das multidões” que determina que “quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem (...) o simples fato de constituírem uma multidão concede-lhes uma alma coletiva. Esta alma fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira diferente do modo como sentiriam, pensariam e agiriam cada um isoladamente” (Le Bon, 1980, p. 26-27).

Acontece que quando o indivíduo se submete a esta alma coletiva ele perde as suas aptidões intelectuais. Sua individualidade desaparece frente à força homogênea da multidão de modo que as “qualidades inconscientes passam a dominar”. É esta “comunidade de qualidades vulgares” a explicação para o fato das multidões não poderem realizar “actos que exijam uma inteligência elevada”, nem “acumular a inteligência,

mas somente a mediocridade” (Le Bon, 1980, p.29). O indivíduo quando submetido à multidão “desce vários graus na escala da civilização” e se transforma em um ser instintivo, ou seja, um “bárbaro”.

E como Euclides da Cunha entende o que denominou de “respingar em ruínas”, a invasão da multidão às sedes dos jornais monarquistas? Na sua percepção, a rua do Ouvidor⁷, onde ocorreram tais documentos de nossa barbárie, parafraseando Walter Benjamin, era como “um desvio das caatingas” rumo à civilização adentro⁸. A guerra de Canudos era um sintoma (de um lapso?!) de um mal maior que não se restringe ao sertão baiano mas se alastra por todo o país, inclusive nas capitais litorâneas: a brutalidade, “a força portentosa da hereditariedade (...) que arrasta para os meios mais adiantados – enluvados e encobertos de tênue verniz de cultura – trogloditas completos” (Cunha, 2002, p. 425 – grifos meus). Era como se o nosso “processo civilizador” não tivesse conseguido conter, dominar, recalcar tal herança autoritária.

Mas deveria haver espanto diante da reação dos sertanejos às forças republicanas? Por que a multidão, as massas, na capital da República, vocife-

ravam contra os habitantes das terras interiores do Brasil? Afinal, como afirma Euclides, era natural que os habitantes de Canudos, “uma tapera miserável, fora de nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável”, reagissem, pois só podiam fazer o que fizeram, na defesa do lar invadido: “Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez - bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, *depois de o enjeitar cerca de três séculos*, procura levá-lo (o sertanejo) para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um *quadrado de baionetas*, mostrando-lhe o brilho da civilização através do *clarão de descargas*” (Cunha, 2002, p. 426 – itálicos meus).

E o que deveria servir de lição para aquela população ilhada na capital da República, no sentido de entendimento com este outro, o sertanejo nordestino, só ratificou ainda mais o rancor; e o que poderia ter sido encaminhado de outra forma, mais afeita aos ideais da “Liberdade”, se resolveu arregimentando batalhões.

Aliás, para fazer justiça aos habitantes cosmopolitas e civilizados da capital republicana, não eram apenas eles que tinham este sentimento de exterminar a ferro e fogo nossos compatriotas bárbaros – tal desprezo era compartilhado por cidadãos brasileiros de todo o país, de norte a sul:

Os governadores de estados, os Congressos, as corporações municipais, continuaram vibrantes no anelo formidável da vingança. E em todas as mensagens, variantes de um ditado único, monótono pela simulcadência dos mesmos períodos retumbantes, persistiu, como aspiração exclusiva, o esmagamento dos inimigos da República, armados pela caudilhagem monárquica. Como o da Capital Federal, o povo das demais cidades, entendeu também deliberar na altura da situação gravíssima, apoiando todos os atos de energia cívica que praticasse o governo pela desafronta do exército (...) e da Pátria. Decretou-se luto nacional. Exararam-se votos de pesar nas atas

⁷Como situa Galvão (1994), era na rua do Ouvidor onde se concentrava grande parte dos jornais cariocas e por onde a população passava todos os dias para se atualizar ou se formavam as multidões em seus protestos.

⁸ Interessante era saber se Nina Rodrigues qualificaria esta ação dos cariocas de grei civilizada como uma das expressões da loucura epidêmica que, na sua opinião, assolava o Brasil naquele momento por conta das multidões primitivas de nosso país recém-inventado, como foi o caso de Canudos! Ver seu ensaio “A loucura das multidões”, onde, a par de uma discussão teórica sobre a multidão a partir de autores como Gustavo Le Bon e Gabriel Tarde, faz uma análise do crânio de Antônio Conselheiro – tudo com o intuito de contribuir para o “estudo das loucuras epidêmicas no Brasil” (Rodrigues, 2006).

das sessões municipais mais remotas. Sufragaram-se os mortos em todas as igrejas (...) Congregaram-se em toda a linha cidadãos ativos, aquartelando. (Cunha, 2002, p. 428 – itálicos meus).

Claro está que o luto nacional não se deu pelos mortos de Canudos, nem naquele momento, nem quando o exército finalmente triunfou sobre o arraial, exterminando velhos, crianças, mulheres, todos subnutridos, desarmados, rendidos... Não importava, o fundamental era responder à insânia da paixão patriótica reinante no país inteiro que “ansiava pela desafronta do exército e da pátria”.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre El origen y La difusión del nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 2006.
- AMARAL, A. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília, UnB, 1981.
- BARBALHO, Alexandre. Iracemas do Ceará: Identidade, política cultural e o romance de Alencar. In: Barbalho, Alexandre. *Brasil, brasis: Identidades, cultura e mídia*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2008, pp. 81-96.
- BARTHES, Roland. *Como viver junto: Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição. Raízes do autoritarismo brasileiro. *Folha de São Paulo*, Caderno B, 04 set. 1999, p. 02. Disponível em http://www.abordo.com.br/mctavares/art06_99.htm. Acessado em 08 de janeiro de 2009.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Col. Intérpretes do Brasil, Vol. 1. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: A guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo, Ática, 1994.
- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Lisboa, Roger Delraux, 1980.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Crítica da noção de identidade cultural (ou étnica, nacional etc.). In: Barbalho, A. *Brasil, brasis: Identidades, cultura e mídia*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 2008, pp. 11-44.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de, s/d. *A cultura brasileira “descobre” o Brasil, ou “que país é este?” – Uma pergunta à cata de resposta*. Mimeo. s/d.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Atualidade de Canudos. *O Povo*, Fortaleza, 22 jun.1997.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. *O lapso ou o nosso Auschwitz*. Mimeo, 1996.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Euclides da Cunha e sua inquisição. *O Povo*, Fortaleza, 12 nov.1995.
- RODRIGUES, José Honório. *História viva*. São Paulo, Global, 1985.
- RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Brasília, Senado Federal, 2006.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

SANTOS, B. C. C.; Ferreira, B. Cidadania. In: Feres Júnior, J. (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 2009, pp. 43-64.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

TAVARES, J. A. G. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

Abstract: This essay discusses the authoritarianism of the Brazilian society from one masterpiece of our culture written in Brazil before the establishment of the university and, therefore, also written with a strong influence of gender essayistic: *Rebellion in the Backlands* by Euclides da Cunha. The discussion is based on the concept of lapse, specifically understood here as a failure, mistake or lack, meaning the emptying that takes place between the national projects announced and their realization, frustrating the hopes invested in them. From this notion, it is interesting to understand the manifestations of authoritarianism in these two masterpieces that participated in the development of the imagined community around the nation and the image that was built over Brazil. In turn, authoritarianism is understood as an expression not only of the elites, but a structuring part of the national character, so that is also in the symbolic expressions of the popular classes, even assuming that senses and materiality among different social classes. This essay is understood as *paideia* how exposure protocol tuned to the forces of culture. **Keywords:** authoritarianism, national character, lapse, *paideia*

